

Nota técnica

Análises sobre os resultados da pesquisa “Investimento e apoio empresariais para garantia da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil (2020 – 2023)”

Autores e autoras: Pietro Rodrigues; Laura Simões Camargo; Maria Victoria Vilela; Pedro Luiz dos Santos; Karen Rizzato Pires; Bruno Valim Magalhães.

O relatório “Investimento e Apoio Empresariais para Garantia da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil (2020-2023)”, publicado pelo Departamento de Pesquisas da Fundação José Luiz Egydio Setúbal, descreveu as principais características das contribuições empresariais ao atingimento dos Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2 “Fome zero e agricultura sustentável” e 12 “Consumo e produção responsáveis”. Diante dos resultados apresentados, analisamos alguns dos dados da pesquisa, tendo como pano de fundo a realidade brasileira acerca do combate à fome¹, e identificando desafios e potencialidades para a contribuição privada nesta área.

Dada a amplitude do universo analisado, diversos desafios se apresentaram desde o início, como a viabilização da coleta de dados por meio dos relatórios empresariais. A primeira seção dessa nota trata justamente da falta de transparência por parte das empresas, marcada pela ausência de relatórios ou superficialidade da descrição de suas ações. Relacionada à essa questão, a segunda seção analisa como a falta de transparência pode sugerir práticas de *greenwashing* e *socialwashing* realizadas por empresas e capturadas na pesquisa.

¹ Fome é utilizado no sentido comum e em algumas políticas públicas como sinônimo de privação alimentar. Contudo, o termo “fome” possui um significado técnico específico nos campos da Saúde e da Segurança Alimentar e Nutricional. Ele se refere à manifestação mais extrema da insegurança alimentar, caracterizada pela ausência prolongada de ingestão alimentar suficiente, com impactos físicos evidentes. Essa definição permite diferenciar a fome de outras formas de insegurança alimentar, que podem ocorrer de maneira menos visível, como a redução na qualidade ou variedade dos alimentos.

Além disso, a partir dos dados descritivos sobre as ações financiadas e apoiadas pelas empresas tratados no relatório, foram explorados aspectos qualitativos sobre tais ações, tendo como pano de fundo o contexto complexo da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN). Em ordem, as seções abordaram a não-institucionalização da filantropia empresarial, com poucas empresas ligadas a uma fundação ou instituto próprio; a preferência de alocação dos investimentos socioambientais empresariais em projetos; o baixo apoio institucional a organizações da sociedade civil (OSCs); a concentração de ações nas etapas de produção e consumo de alimentos em detrimento a outras com igual potencial; a predominância de ações diretas e circunstanciais; as partes envolvidas; e a localização de realização das iniciativas.

1. A FALTA DE TRANSPARÊNCIA EMPRESARIAL

A divulgação de informações por meio de relatórios institucionais de atividades ou temáticos, como de sustentabilidade e *Environmental, Social, and Governance* (ESG)², faz parte de uma cultura de transparência empresarial. Por meio destes documentos, empresas privadas apresentam à sociedade e, especialmente, aos seus acionistas, o *status* das realizações e do andamento de suas operações.

Todos os esforços empreendidos na pesquisa foram baseados na utilização dos relatórios empresariais como fonte de informação sobre as atividades do setor privado. A análise foi iniciada pelo levantamento das ações de promoção da SSAN presentes nestes documentos. Entretanto, uma série de limitações no processo de coleta de dados foi encontrada. A primeira e mais significativa das limitações residiu no fato de que parte das maiores empresas de três setores relevantes para a economia brasileira (Alimentos e Bebidas, Agronegócio e Comércio Varejista) não possuía relatórios de atividades ou de sustentabilidade referentes ao período de 2020 a 2023, objetos de análise da pesquisa. Em muitos casos, a disponibilização dos documentos ocorreu em anos intercalados, sem uma sequência completa que abrangesse todo o período.

² Em tradução livre, Meio ambiente, Social e Governança.

A importância da transparência é demonstrada pelo ODS 12 da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre “Consumo e produção responsáveis”. Seu indicador 12.6 define como objetivo “Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios”.

Padrões criados pela Global Reporting Initiative (GRI) e International Financial Reporting Standards (IFRS) Integrated Reporting têm sido adotados para uniformizar a comunicação de empresas que desejam comunicar suas estratégias, estrutura de governança, ações socioambientais, desempenho e perspectivas por meio de modelos preestabelecidos por estruturas já consolidadas no mercado. Esses sistemas servem como um guia de quais dados são importantes de serem divulgados pensando nas partes interessadas comuns, como por exemplo a diversidade do quadro de colaboradores. Essas boas práticas ainda incluem, ao final de cada relatório, um índice apontando a materialidade de cada informação solicitada pelos padrões, destacando as principais preocupações e possíveis impactos internos às empresas e às partes interessadas externas. Entretanto, apesar de fortalecerem a qualidade e legitimidade dos dados informados, por não serem obrigatórios, apenas algumas empresas, normalmente de grande porte, seguem tais padrões.

Dentro do universo de 150 empresas analisadas, 98 (65%) possuíam relatórios com pelo menos uma ação relacionada à SAN. Sendo que, somente em 49 (32,67%)³ tinham seus relatórios disponibilizados publicamente para os quatro anos estudados. Esses dados demonstram que, ainda que exista uma percepção de crescimento da cultura de produção e divulgação de relatórios institucionais por empresas privadas, a prática ainda é incipiente e necessita de aprimoramento e maior adesão das organizações. A importância da prestação de contas supera a frequente necessidade de reportar os resultados aos acionistas, e compreende a transparência das ações da organização diante de outras partes interessadas⁴, o que muitas vezes garante a aceitação social para a garantia da reputação e

³ As três porcentagens foram calculadas considerando o universo de 150 empresas.

⁴ Entende-se parte interessada como “stakeholder”.

da manutenção da licença para operar (HERREMANS; NAZARI; MAHMOUDIAN, 2016). Como se observa nesta nota, um efeito adicional é o provimento de informações adequadas para o avanço da construção de conhecimento sistematizado e público.

Com relação à transparência e qualidade de informações, as descrições das ações realizadas pelas companhias analisadas tendem a ser sucintas e superficiais, com poucas informações quanto à natureza das iniciativas, os atores envolvidos e a localidade. Esta situação dificulta a plena compreensão sobre o que foi planejado e o que foi de fato feito, qual o público-alvo, quais os parceiros da empresa, o orçamento, a localização da iniciativa etc. Essas informações são de grande relevância para a realização de análises sobre o planejamento e execução de iniciativas empresariais, bem como seus impactos em relação à promoção da SSAN.

A este ponto soma-se a falta de métricas de avaliação e descrição do monitoramento das ações empresariais. A inexistência de mecanismos que permitam a análise e compreensão do potencial impacto das iniciativas gera um vácuo de informações para o entendimento da eficácia dos investimentos sociais. Tal situação prejudica não somente avaliações externas – como a presente pesquisa -, mas também as próprias empresas, que enfrentam dificuldades de entendimento sobre os resultados reais e potenciais de seus investimentos.

Os relatórios de sustentabilidade e ESG produzidos pelas empresas nem sempre são auditorados por empresas terceiras devidamente regulamentadas, como é o caso de auditorias financeiras. E, mesmo quando há auditoria, os revisores se concentram em fazer comentários e observações destinadas às próprias empresas, e não às partes interessadas (ZAHID et al., 2022). Portanto, o processo de auditoria tende a estar mais alinhado com os interesses institucionais da organização, ao passo que uma avaliação independente é fundamental para fortalecer a responsabilização e a eficácia organizacional. Ressalta-se que a avaliação deve ser claramente diferenciada da auditoria, pois esta última pode perseguir objetivos distintos e, em certos contextos, estar sujeita a influências que comprometem sua imparcialidade. Uma avaliação independente capacita as partes interessadas a monitorar e responsabilizar as organizações por suas ações de maneira transparente e objetiva.

2. GREEN E O SOCIAL WASHING NAS PRÁTICAS LIGADAS À SSAN

Termos como *greenwashing* e *socialwashing* ganhou destaque no debate sobre sustentabilidade e responsabilidade social corporativa. A definição de *greenwashing* pelo Oxford Dictionary, mais utilizado na literatura (NETTO et al., 2020), é “enganar (o público) ou contrariar (as preocupações do público ou da mídia) representando falsamente uma pessoa, empresa, produto, etc., como sendo ambientalmente responsável.”⁵ O termo *socialwashing*, por sua vez, diz respeito a empresas que fazem afirmações deturpadas ou infundadas para que elas pareçam mais socialmente responsáveis (GOLDMAN; ZHANG, 2022). Em outras palavras, esses conceitos são frequentemente utilizados para criticar empresas que, ao invés de promoverem mudanças efetivas em suas operações, adotam práticas superficiais, de pouca ou nenhuma materialidade, apresentando-as ao público como estratégias inovadoras e impactantes para o bem social e ambiental. Essas ações, embora possam parecer positivas à primeira vista, não contribuem de forma significativa para a construção de um futuro mais sustentável ou para o apoio real às comunidades. Tais ações se enquadram mais como estratégias de marketing para atingir públicos que se importam com ética empresarial, do que como estratégias de combate às desigualdades e a problemas sociais, como os altos índices de Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN).

Dentre as ações mapeadas na pesquisa, é possível identificar uma série de iniciativas que, embora sejam boas práticas, são divulgadas como se fossem mais eficazes ou mais impactantes do que realmente são. A falta de transparência e de critérios claros nas informações prestadas pelas empresas dificulta uma avaliação precisa, mas há indícios de que muitas dessas ações não passam de práticas comuns, como por exemplo técnicas de plantio tradicionais, cumprimento de legislações obrigatórias ou, em casos mais extremos, alegações inverossímeis que beiram à desinformação.

A título de exemplo, nem todas as práticas rotuladas como sustentáveis pelas

⁵ Tradução livre. Disponível em:

https://www.oed.com/dictionary/greenwashing_n?tab=meaning_and_use#11936536. Acesso em: 01/04/2025

Acesso em:

empresas traziam benefícios reais ao meio ambiente. O ODS 2.4, que promove a agricultura resiliente e de baixo carbono, incentiva o uso de fontes renováveis e sustentáveis na produção de alimentos. No entanto, algumas empresas alegam adotar práticas como o reflorestamento, muitas vezes com eucalipto, destinado à produção de cavaco (lascas de madeira para queima) como fonte de energia. Apesar de ser classificada como renovável, a contribuição efetiva da ação à sustentabilidade é questionável, já que gera emissões de gases de efeito estufa e pode contribuir para a degradação ambiental, em vez de combatê-la, evidenciando a distância entre o discurso e a efetividade das ações.

O Brasil possui marcos regulatórios importantes que calibram o comportamento de doação do setor privado e do terceiro setor, como a Lei 14.016/2020 e portarias da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Mesmo com uma legislação rígida, diversas empresas e organizações não informam em relatórios quais tipos de alimentos estão sendo doados. Em alguns casos, alimentos ultraprocessados, por sua durabilidade e mais simples manipulação que cumprem mais facilmente a legislação sanitária, podem ser doados em detrimento de alimentos minimamente processados. Em outros casos, há situações em que as próprias empresas fabricantes optam por doar esses alimentos pela praticidade envolvida no processo. Apesar de serem importantes para o alívio da fome, principalmente para pessoas em situação de insegurança alimentar grave, esses tipos de alimentos oferecem contribuições limitadas à saúde e nutrição dos indivíduos no longo prazo.

Esses casos evidenciam a importância de ir além do discurso e adotar práticas empresariais verdadeira e materialmente alinhadas aos princípios da sustentabilidade, exigindo não apenas a implementação de mecanismos de verificação, mas também uma mudança cultural nas organizações, que priorize impactos positivos reais ao invés de estratégias de marketing. Enquanto empresas continuarem a adotar ações dúbias ou superficiais, termos como *greenwashing* e *socialwashing* seguirão sendo necessários para expor a lacuna entre o discurso e a prática.

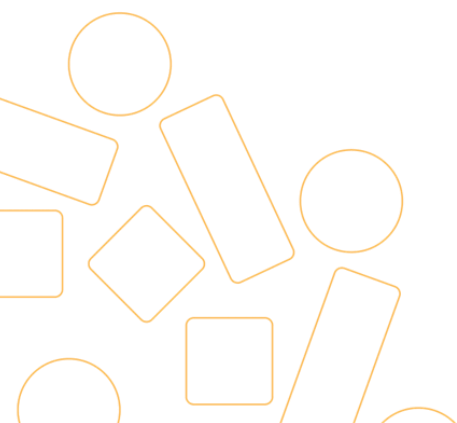


3. BAIXA ADEÇÃO À INSTITUCIONALIZAÇÃO DA FILANTROPIA EMPRESARIAL

As ações empresariais de estímulo à SSAN foram o foco central da pesquisa, com o objetivo de compreender o que tem sido feito pelos diferentes setores da cadeia de alimentos. No entanto, é importante destacar um ponto complementar, mas ainda interessante: a existência (ou ausência) de fundações e institutos próprios nas empresas, por meio dos quais a filantropia empresarial é institucionalizada.

Com maior autonomia com relação às empresas do que setores de ESG e responsabilidade social, por exemplo, as fundações corporativas encontram certa regularidade para o estabelecimento de orçamentos anuais para a realização de suas contribuições filantrópicas. Um aspecto geral desta prática é o estabelecimento de um montante dedicado à filantropia proporcional ao lucro anual da empresa. A racionalidade empresarial aplicada ao investimento social gera mecanismos mais eficientes de alocação de recursos para bens públicos. Nessa perspectiva, as empresas atuam como catalisadoras ao fornecerem às suas fundações e institutos empresariais não apenas capital, mas toda infraestrutura operacional que otimiza a gestão de projetos sociais - desde processos de captação até a execução com redução de custos administrativos (KOUSHYAR; LONGHOFER; ROBERTS, 2015).

De um modo geral, na amostra analisada, o investimento social ocorre de forma paralela às estruturas de gestão empresariais, dentro de setores como Responsabilidade Social Corporativa e marketing, sem institucionalização independente e com pouca dotação de fundos específicos. Uma possível razão é o alto custo da manutenção estrutural de institutos e fundações, incluindo atividades contínuas e equipe específica, por exemplo. O presente estudo demonstra essa realidade, já que, dentre as 98 empresas analisadas, apenas 36 possuem fundações ou instituições dedicadas a esse fim, menos da metade no universo observado.



4. A ESCOLHA POR PROJETOS ÚNICOS, PRÓPRIOS E DE CURTO PRAZO

O investimento socioambiental empresarial em iniciativas de apoio à SSAN possui um leque de possibilidades quanto à forma como estas se estruturam e são postas em prática. Contudo, ao analisar as 681 ações financiadas ou apoiadas pelas 98 empresas selecionadas, os projetos foram o principal tipo de iniciativas, somando 472 ações, o que representa 69,31% do total.

Com os projetos sendo caracterizados como ações de menor envergadura, focalizados em um determinado grupo e apresentando um objetivo de curto a médio prazo, iniciativas desse tipo não apresentam a mesma abrangência e capacidade de impacto se comparados aos programas. Estes, que atuam como um guarda-chuva temático, estruturam diferentes ações em torno de um conjunto coerente de objetivos mais complexos e que normalmente visam resultados que durem um período maior.

Não existe uma hierarquia entre projetos e programas. O financiamento e apoio empresariais a projetos, por exemplo, é importante na medida em que viabiliza a atuação na ponta e com maior agilidade. Entretanto, no contexto das múltiplas causas da IAN, a preferência pelo financiamento de projetos reduz as possibilidades de investimentos que visem impacto de forma ampla, escalonável, estruturada, e a longo prazo, elementos necessários para o combate à fome no Brasil.

O favorecimento de práticas de investimento social privado de curto prazo ocorre em função da percepção e pressão de investidores da companhia, que limitam as possibilidades de atuação de responsabilidade socioambiental no longo prazo, com a implementação de iniciativas de maior duração, como programas (ERHEMJAMTS; HUANG, 2019). Uma das razões para que isso ocorra se deve ao fato de que a ação social de empresas parece espelhar outras decisões gerenciais. Erhemjamts e Huang (2019), por exemplo, demonstram que corporações e investidores que possuem predisposição para investimentos de longo prazo, são suscetíveis a priorizar ações de maior duração em seu investimento social.

Além dos programas, outro modelo de iniciativa que não apresenta grande adesão

por parte das empresas, mas que é de suma importância, são as articulações multissetoriais. A articulação multissetorial proporciona uma visão holística acerca de determinado assunto, integrando conhecimentos, valores e evidências de diferentes setores, o que pode levar a soluções mais eficientes e mais fortes, além de permitir com que as partes interessadas aprendam e se adaptem em conjunto (KURUVILLA et al., 2018). Com apenas 2 (0,29%) casos, as ações de tipo “articulação multissetorial” são relevantes para a promoção da SSAN ao passo que estimulam a cooperação entre atores-chave, por vezes de diferentes etapas da cadeia do alimento, para o alcance de um objetivo em comum. Assim, somam esforços, criam pontes e estabelecem prioridades.

A IAN é um problema profundo e multicausal no Brasil, sendo atravessado por diferentes desigualdades socioeconômicas, como raça, gênero e renda (REDE PENSSAN, 2022). A predileção por iniciativas que não sejam escaláveis, ou seja, que tenham abrangência, público-alvo e localidade limitadas, bem como não visem a conexão entre diferentes grupos de interesse e transformações a longo prazo, resulta em impactos pontuais que, apesar de importantes, estão aquém do potencial da contribuição do investimento privado.

5. APOIO INSTITUCIONAL, MANUTENÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E DIRECIONAMENTO DA AGENDA DE SSAN

Dada a complexidade da ideação e realização de ações que tenham como finalidade a promoção da SSAN, a execução de um projeto próprio da empresa pode demandar um esforço superior ao desejável. Para além da necessidade de mão de obra específica para isso, é preciso ter *expertise* no mapeamento das demandas do público-alvo, na realização de atividades, e no monitoramento dos impactos. Na compreensão da dificuldade de atuação direta existem caminhos alternativos que podem ser adotados pelas organizações, e um deles é a formalização de parcerias com OSCs para que estas conduzam as ações.

Uma maneira frequente de atuação das empresas é a realização de contratos de parcerias, nos quais elas se comprometem a financiar ou apoiar ações específicas já

realizadas por OSCs, como projetos, programas e campanhas. Mas, existem outras modalidades, e o apoio institucional às organizações é uma delas. Trata-se de um tipo de investimento no qual a empresa faz uma doação irrestrita ou doa para a manutenção da sede da OSC ou de sua equipe, por exemplo. Do ponto de vista das OSCs, recursos livres para reformas de sede e capacitação e pagamento de salários justos para os funcionários são considerados elementos fundamentais para a garantia da governança, memória e continuidade institucionais, permitindo a realização de trabalhos mais complexos e que visem mudanças a longo prazo.

Apesar do apoio institucional ser imprescindível para a manutenção das OSCs e dos trabalhos comprometidos com as realidades locais a longo prazo, o investimento em ações específicas é mais comum por ser mais benéfico à imagem empresarial, na medida em que garante maiores pontos de contato com o público. Por esta razão, dentro do universo total de 681 ações analisadas na pesquisa, apenas 27 (3,96% do total) realizaram apoio institucional declarado a organizações que promoviam a SSAN, incluindo casos em que o financiamento ou apoio foi feito tanto para a manutenção organizacional, quanto para uma atividade específica. Apenas 16 (2,35%) ações foram classificadas como suporte organizacional, isto é, direcionadas ao apoio à manutenção, expansão e capacitação da estrutura das organizações executoras.

Esta predileção pelo apoio a ações ao invés do apoio por meio de verbas sem restrições às organizações executoras carrega em si dois resultados que impactam o campo do investimento social. O primeiro, já citado, é a busca empresarial pela visibilidade de seus investimentos, mesmo que tal ação signifique a renúncia por um impacto maior e mais significativo no campo da SSAN. O segundo resultado é o surgimento de vieses no campo de atuação social. Uma vez que as empresas costumam alocar recursos em ações de grande visibilidade, as OSCs passam a optar pela elaboração de iniciativas que tenham as características desejáveis aos olhos dos partícipes, por vezes deixando de lado possibilidades de atuação em outras esferas mais urgentes e carentes de atenção.

O apoio institucional não somente garante que os esforços e recursos empresariais sejam bem empregados, mas também garante a continuidade das OSCs que desempenham

papel crucial na realização de iniciativas, atuando em contato direto com os públicos-alvo e conhecimento com profundidade suas demandas relacionadas à SSAN. No entanto, é importante notar que o argumento aqui delineado não é o da substituição dos investimentos empresariais em atividades específicas por apoios institucionais. Ao contrário, defende uma melhor distribuição dos recursos, entendendo que ambos os modelos são necessários para o alcance de melhores índices de SSAN no Brasil.

6. O VÁCUO DE AÇÕES NAS ETAPAS INTERMEDIÁRIAS DA CADEIA DO ALIMENTO

Considerando a cadeia do alimento como o caminho percorrido pelo alimento desde a produção até o consumo, as ações analisadas nesse estudo ocorreram majoritariamente nos elos extremos, concentrando 363 (53,30%) no consumo, e 324 (47,58%) na produção de alimentos⁶. Entretanto, observa-se uma escassez significativa de iniciativas direcionadas a outras etapas da cadeia, como armazenamento, transporte e processamento, tão essenciais quanto as demais para o combate à IAN.

As causas das perdas e desperdícios de alimentos são conhecidas e diversas, e decorrem de problemas como o manejo incorreto no campo, o uso de embalagens inadequadas, a superlotação dos veículos de transporte, as condições ruins das estradas, a venda de produtos a granel, o manuseio excessivo dos produtos nas gôndolas pelos consumidores, e o acúmulo de mercadorias nas prateleiras de exposição no varejo (JUNIOR e SOARES, 2018). No caso dos grãos, por exemplo, as perdas podem chegar a 50% do total produzido durante a etapa de armazenamento, em função da ineficiência técnica nos silos armazenadores (COSTABILE, 2017). Tendo em vista que a IAN também pode ser combatida através da redistribuição de alimentos que seriam perdidos ou desperdiçados, tais afirmações reforçam a importância dos elos da cadeia intermediários.

A fim de compreender a relação entre a atuação comercial das empresas analisadas e o seu investimento em SSAN ao longo da cadeia do alimento, foram cruzados os dados

⁶ As porcentagens dizem respeito ao total de ações (681). Cada ação pode ocorrer em mais de um elo da cadeia de alimentos.

sobre o investimento comercial e o socioambiental por elo da cadeia. A partir disso, foi possível observar novamente que os elos do consumo e da produção são priorizados tanto na atuação empresarial quanto em suas ações socioambientais. Esse é o quadro comum nos três setores analisados (agronegócio, alimentos e bebidas e comércio varejista).

Apesar de muitas empresas atuarem em suas atividades comerciais em outros elos, principalmente de armazenamento e transporte e logística, praticamente nenhuma ação voltada para SSAN ocorreu neles. Essa lacuna evidencia uma desarticulação entre uma faceta do problema da fome e uma das possíveis soluções para ele: embora existam perdas alimentares consideráveis nas fases intermediárias da cadeia, elas permanecem à margem das ações financiadas ou apoiadas pelas grandes empresas do ramo alimentício.

É fundamental que as políticas corporativas e os investimentos socioambientais privados reflitam a totalidade da cadeia alimentar e as múltiplas facetas e causas da IAN. Enfrentar a fome exige mais do que estimular a produção, distribuir cestas básicas ou promover o consumo consciente: é necessário reestruturar os sistemas logísticos, reduzir perdas nos fluxos de transporte, processamento e armazenamento, e garantir que os alimentos produzidos cheguem à população em quantidade e qualidade suficientes.

7. PREDOMINÂNCIA DE AÇÕES DE APOIO DIRETO

As iniciativas analisadas apresentaram diversos objetivos, demonstrando um amplo leque de opções para o direcionamento do financiamento empresarial. No entanto, nota-se uma predominância da “adoção de melhores práticas e princípios de responsabilidade empresarial” (46,99% das ações), bem como do “alívio da fome” (40,38%), e da produção de alimentos (29,52%). Em contraposição, no período analisado, verificou-se uma baixa incidência de ações voltadas à “segurança nutricional” (13,80%), ao “acesso à água” (6,61%), ao “fortalecimento da agricultura familiar” (4,85%), ao “reaproveitamento de alimentos” (4,55%), à “redução do desperdício” (2,64%) e à “minimização de perdas” (0,44%).

A SSAN é composta por diversos aspectos e atores sociais, e o combate à IAN se tornou mais complexo em um contexto atravessado pela pandemia da covid-19, pelo

desmonte de políticas públicas brasileiras relacionadas à SSAN em anos recentes, pelo agravamento das mudanças climáticas, e pela Guerra da Ucrânia (SOFI/FAO, 2022; II VIGISAN/REDE PENSSAN, 2022). A multiplicidade de causas implica na necessidade de ampliação do escopo das iniciativas ou diversificar os focos de investimento e apoio, incluindo aspectos menos abordados.

Muitas das ações mapeadas possuíam um carácter pontual, como a distribuição de alimentos, com o objetivo de alívio da fome, em contextos emergenciais como a pandemia e desastres naturais. Apesar de importantes, tais iniciativas contribuíram de maneira limitada para mudanças estruturais e de longo prazo, focando no acesso momentâneo ao alimento, e não tendo a intenção de contribuir para que as famílias atendidas eventualmente estivessem em SSAN de maneira perene. Além disso, a falta de transparência nos relatórios empresariais sobre quais foram os alimentos doados impossibilita a verificação do cuidado com a segurança nutricional.

O perfil das ações denota um crescimento de ações empresariais especialmente diante de crises de grande visibilidade, como a pandemia e as enchentes do litoral paulista. Essa abordagem reativa demonstra que momentos de grande repercussão são capazes de gerar engajamento e aumentar o investimento para a garantia de SSAN. É fundamental refletir sobre a possibilidade de continuidade dessas iniciativas e a manutenção do nível de investimentos sociais mobilizados nestas circunstâncias para a sustentação de programas de combate à fome.

Ponto importante na compreensão do sentido de SSAN: a segurança nutricional, quando abordada, muitas vezes se restringe ao acesso a alimentos saudáveis, como os orgânicos, e à oferta de serviços de nutricionistas, geralmente voltados a públicos específicos, como trabalhadores das empresas financiadoras. No entanto, segurança nutricional envolve mais do que isso — inclui a absorção adequada de nutrientes pelo organismo, o estado de saúde, a diversidade alimentar e as condições socioeconômicas que afetam esses fatores, o que exige outros instrumentos e estudos específicos para sua avaliação. Já a segurança alimentar refere-se ao acesso regular e permanente a alimentos em quantidade suficiente e com qualidade adequada, e é medida no Brasil pela Escala

Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). A EBIA, publicada em 2014 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, avalia diferentes níveis de insegurança alimentar (leve, moderada e grave), com base em experiências relatadas pelas famílias, como a redução da quantidade ou da qualidade dos alimentos disponíveis — sendo essa qualidade relacionada principalmente à segurança sanitária, características físicas e não à composição nutricional dos alimentos. A avaliação dos aspectos nutricionais requer ferramentas dedicadas. Evidências da EBIA demonstram que a falta prolongada de acesso a alimentos adequados pode comprometer o crescimento, a saúde e o desenvolvimento cognitivo das crianças.

A redução do desperdício e o reaproveitamento de alimentos configuram-se como um outro importante passo na garantia da SSAN. Com cerca de 55 milhões de toneladas sendo desperdiçadas anualmente no Brasil, quantidade de alimentos 8 vezes superior ao necessário para alimentar o total de indivíduos em situação de IAN grave⁷ (CONSULTORIA DO AMANHÃ; INTEGRATION; UNIÃO SP, 2022), a adoção de iniciativas de consumo responsável pode ajudar a evitar o desperdício e reaproveitar o alimento. Entretanto, a quantidade de iniciativas voltadas à redução do desperdício e reaproveitamento representou menos de 5% do total, além de contar com uma baixa participação dos atores-chave da cadeia produtiva alimentar.

Iniciativas focadas no reaproveitamento e distribuição de alimentos que não alcançaram o consumidor final no varejo podem contribuir de forma ampla neste quadro, transformando alimentos que seriam descartados em adubo para lavouras ou, quando em boas condições de consumo, os redirecionando para OSCs e bancos de alimentos, que doam para famílias em situação de IAN. Além disso, ações de promoção à conscientização de consumidores e apoio a lideranças comunitárias no compartilhamento de conhecimento sobre práticas de redução do desperdício domiciliar são outras possibilidades de grande valor.

⁷ Pessoas em situação de fome declaram ter sofrido nos últimos três meses uma “redução severa na quantidade e na variedade de alimentos, podendo ter passado até um dia sem comer ou comendo apenas uma vez por dia.” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME, 2023)

Outro ponto carente de financiamento é o “fortalecimento da agricultura familiar”. Sua relevância está relacionada à geração de empregos e à diversificação da oferta de alimentos. Políticas públicas têm evidenciado isso, incentivando o fomento à agricultura familiar em diversos âmbitos, como no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que realiza a compra direta de alimentos de agricultores familiares, sem necessidade de licitação, e os destina a pessoas em situação de IAN; e no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que estabelece 30% do seu orçamento destinado à compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável. Ampliar investimentos e incentivos nesse grupo pode representar um caminho eficaz para fortalecer a resiliência dos sistemas alimentares e combater a IAN de forma sustentável.

8. PARCERIAS COM FORNECEDORES COOPERADOS SÃO MAIS FREQUENTES QUE COM AS COMUNIDADES DO ENTORNO

As ações de promoção da SSAN contaram com a participação de uma ampla variedade de atores, durante a concepção, implementação e impacto. Entre eles, cooperados e fornecedores foram a parte interessada mais envolvida, estando presentes em 31,72% das ações mapeadas. Como parte da cadeia produtiva empresarial, fornecedores e cooperados receberam suporte para aprimorar a qualidade de seus produtos e processos, um requisito frequente para a integração de empresas em associações e recebimento de certificados. Sendo assim, além de beneficiar fornecedores e cooperados, tais ações também podem gerar retorno financeiro para as próprias empresas financiadoras. Uma relação semelhante ocorreu com os trabalhadores internos das empresas estudadas, que receberam atendimento nutricional. A iniciativa foi benéfica aos trabalhadores, mas também à empresa, que, ainda que indiretamente, foi beneficiada pela melhora do relacionamento e da qualidade de vida de seus colaboradores (PORTER e KRAMER, 2011). No entanto, esse tipo de ação foi pouco frequente, representando apenas 3,08% dos casos.

O segundo grupo mais frequentemente envolvido foram as comunidades ao redor das unidades empresariais, estando presentes em 30,98% dos casos. Com os avanços da

tecnologia, as empresas passaram a valorizar mão-de-obra qualificada e, para conquistá-la, promovem ações de desenvolvimento e qualificação técnica para indivíduos das comunidades em seu entorno (RICO, 1997). Tendo em vista a facilidade de atuação devido à proximidade territorial, a comunidade local recebe mais ações para remediar os impactos gerados pela atuação empresarial, além de ser um público-alvo de mais fácil alcance e engajamento. Os públicos dessas localidades, por sua vez, são frequentemente familiares e conhecidos dos funcionários da organização, além de representarem possíveis futuras gerações de funcionários (RICO, 1997).

Por fim, a relação com os clientes das empresas é esporádica, ocorrendo em apenas 8,08% dos casos. Em casos de ações financiadas por varejistas, por exemplo, os consumidores participaram como financiadores, doando alimentos ou dinheiro para campanhas de arrecadação.

9. LOCALIZAÇÃO DAS AÇÕES E A PREFERÊNCIA PELA PROXIMIDADE

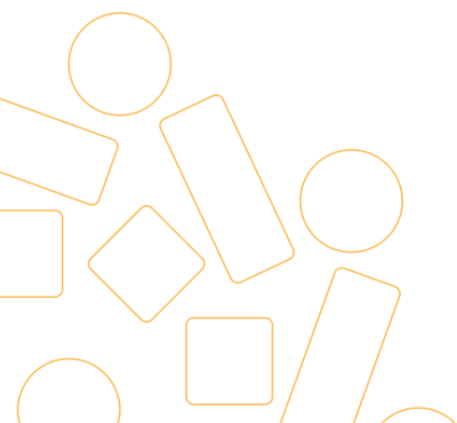
Enquanto um país de proporções continentais, o Brasil enfrenta problemas estruturais que acometem a sociedade em graus variados de intensidade entre as regiões e estados do país, e um destes é a IAN. Por isso, a identificação da localização de implementação dessas ações financiadas ou apoiadas pelas empresas tornou-se um dado crucial para a compreensão do investimento socioambiental empresarial dentro da temática.

As regiões Sudeste e Sul, com destaque para os estados de São Paulo e Paraná, são as localidades com o maior número de iniciativas promovidas ou apoiadas pelas empresas analisadas. O estado paulista conta com um total de 146 (21,44%) ações realizadas em seu território, sendo também o que apresenta a maior concentração de sedes empresariais, com 37 (37,76%) das 98 empresas analisadas. O Paraná aparece em segundo lugar em relação à quantidade de iniciativas e sedes empresariais em seu território, com 125 (18,36%) casos e 20 (20,41%) sedes. Em relação às regiões, o Sudeste contou com 240 (35,24%) iniciativas e o Sul com 207 (30,40%).

O agrupamento de ações nestas localidades evidencia uma dinâmica de favorecimento à implementação de iniciativas em regiões mais economicamente desenvolvidas, em detrimento de regiões com menores índices de desenvolvimento. Em 2022, as regiões Norte e o Nordeste apresentaram, respectivamente, 7,7% e 6,2% de domicílios em IAN grave (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME, 2023). No entanto, Nordeste e Norte apresentaram as menores quantidades de iniciativas financiadas ou apoiadas pelas empresas analisadas, com apenas 133 (19,53%) e 109 (16,01%) casos, respectivamente.

Outro fator de relevância que compreende a dinâmica desse investimento social empresarial é a sua proximidade com as sedes das empresas que o realiza. Das 98 companhias analisadas, 84 realizaram ao menos uma ação no estado onde se encontra sua sede e, em média, 52% das ações observadas foram realizadas nos estados onde estas organizações possuem suas matrizes.

Desse modo, almejando financiar ou apoiar ações de combate à IAN como parte de seu investimento socioambiental, as empresas acabam optando por iniciativas que sejam realizadas em localidades próximas às suas operações, por interesse e comodidade. Com isso, não alcançam outras localizações e grupos que podem apresentar maiores necessidades dentro do tema.



REFERÊNCIAS

CONSULTORIA DO AMANHÃ; INTEGRATION; UNIÃO SP. **Relatório Diagnóstico: Mapa da Fome e do Desperdício de Alimentos no Brasil**. Dezembro de 2022. Disponível em: <https://pactocontrafome.org/wp-content/uploads/2024/07/20231905-Relatorio-Diagnostico-sobre-a-fome-e-o-desperdicio.pptx-2.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2025.

COSTABILE, L. T. A. Estudo sobre as perdas de grãos na colheita e pós-colheita. 2017. 155 f. **Tese (Doutorado) – Universidade Paulista, São Paulo**. Disponível em: https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/BRCRIS_aa91ef5668fb81c16674481bd4269e31. Acesso em: 26 mar. 2025.

ERHEMJAMTS, Otgontsetseg; HUANG, Kershen. Institutional Ownership Horizon, Corporate Social Responsibility and Shareholder Value. **Journal of Business Research**, [S. l.], p. 1-52, 29 maio 2019. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3056847. Acesso em: 26 mar. 2025.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO); INTERNATIONAL FUND FOR AGRICULTURAL DEVELOPMENT (IFAD); UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF); WORLD FOOD PROGRAMME (WFP); WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **The State of Food Security and Nutrition in the World 2022: Repurposing Food and Agricultural Policies to make healthy diets more affordable**, Roma, 2022. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/67b1e9c7-1a7f-4dc6-a19e-f6472a4ea83a/content>. Acesso em: 25 mar. 2025.

GOVERNO FEDERAL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); GOVERNO FEDERAL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). **Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)**: Indicador de resultado do Plano Brasil Sem Fome. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://paineis.mds.gov.br/public/extensions/BSF/principais-resultados.html>. Acesso em: 02 abr. 2025.

GRI. **Global Reporting Initiative**. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/>. Acesso

em: 2 abr. 2025.

GOLDMAN, N. C.; ZHANG, Y. Social Washing or Credible Communication? An Analysis of Corporate Disclosures of Diversity, Equity, and Inclusion in 10-K Filings. **SSRN Electronic Journal**, 2022. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=4244954. Acesso em: 2 abr. 2025.

HERREMANS, I. M.; NAZARI, J. A.; MAHMOUDIAN, F. Stakeholder Relationships, Engagement, and Sustainability Reporting. **Journal of Business Ethics**, v. 138, n. 3, p. 417–435, 29 mar. 2016. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/44164174>. Acesso em: 2 abr. 2025.

IFRS FOUNDATION. **IFRS - Integrated Reporting Framework**. Disponível em: <https://www.ifrs.org/issued-standards/ir-framework/>. Acesso em: 2 abr. 2025.

JUNIOR, M. F.; SOARES, A. G. Perdas e desperdício de alimentos. **Consumo e Produção Responsáveis: Contribuições EMBRAPA**. Brasília, 2018. ISBN 978-85-7035-792-2 Disponível em: https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1090719/2/ODS12Consumoepr_educadoresponsaveis.pdf. Acesso em: 2 abr. 2025.

KOUSHYAR, J.; LONGHOFER, W.; ROBERTS, P. A Comparative Analysis of Corporate and Independent Foundations. **Sociological Science**, v. 2, p. 582–596, 2015. Disponível em: <https://sociologicalscience.com/articles-v2-28-582/>. Acesso em: 02 abr. 2025.

KURUVILLA, S. et al. Business not as usual: how multisectoral collaboration can promote transformative change for health and sustainable development. **BMJ**, v. 363, n. k4771, 7 dez. 2018. Disponível em: <https://www.bmj.com/content/363/bmj.k4771>. Acesso em: 02 abr. 2025.

NETTO, S. V. et al. Concepts and Forms of Greenwashing: a Systematic Review. **Environmental Sciences Europe**, v. 32, n. 1, p. 1–12, 11 fev. 2020. Disponível em: <https://enveurope.springeropen.com/articles/10.1186/s12302-020-0300-3>. Acesso em: 02 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (Brasil). Nações Unidas. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**. [S. l.], 2025. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 26 mar. 2025.

PETROVITS, C. M. Corporate-sponsored foundations and earnings management. **Journal of Accounting and Economics**, v. 41, n. 3, p. 335–362, set. 2006. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0165410106000097>. Acesso em: 02 abr. 2025.

PORTER, M. E.; KRAMER, M. R. Criação de valor compartilhado. **Harvard Business Review**, v. 89, n. 1/2, p. 62-77, 2011. Disponível em: <https://hbr.org/2011/01/the-big-idea-creating-shared-value>. Acesso em: 09 abr. 2025

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/aceso-a-informacao/comunicabr/lista-de-aco-es-e-programas/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em: 1 abr. 2025.

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/aco-es-e-programas/programas/pnae>. Acesso em: 1 abr. 2025.

REDE PENSSAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. [s. l.], 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2025.

RICO, Elizabeth de Melo. O Empresariado, a Filantropia e a Questão Social. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, ed. 4, p. 60-66, 1997. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v11n04/v11n04_07.pdf. Acesso em: 6 jan. 2025.

XU, L. et al. Corporate Hypocrisy: Role of Non-Profit Corporate Foundations in Earnings Management of For-Profit Founder Firms. **Sustainability**, v. 10, n. 11, p. 3991, 1 nov. 2018. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/10/11/3991#B3-sustainability-10-03991>. Acesso em: 28 abr. 2025.

ZAHID, R.M. Ammar; KHAN, Muhammad Kaleem; ANWAR, Waseem; MAQSOOD, Umer Sahil.

The role of audit quality in the ESG-corporate financial performance nexus: Empirical evidence from Western European companies. **Borsa Istanbul Review**, [s. l.], ano 2022, v. 22, n. 2, p. 200-212, 15 set. 2022. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2214845022000643>. Acesso em: 22 abr. 2025.

Reconhecimento sobre o uso de Inteligência Artificial para a escrita da presente Nota

Técnica: Neste texto, o ChatGPT foi utilizado como ferramenta auxiliar para a reescrita de frases para melhor clarificação. Também foi utilizado o Consensus para a procura de artigos científicos. Em todos os casos, os autores e autoras revisaram as respostas, que foram adotadas apenas quando corretas.

